



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO**

JRL

Sessão de 08 de janeiro de 1992

ACORDÃO N°103-11.885

Recurso n°: 62.029 - PIS/DEDUÇÃO - EXS. DE 1987 e 1988

Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA.

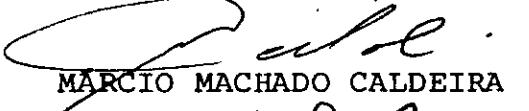
Recorrida : DRF EM BELÉM (PA)

PIS/DEDUÇÃO - DECORRÊNCIA - Nulidade  
 - Declarada a nulidade da decisão de  
 primeira instância proferida no pro-  
 cesso matriz, igual sorte colhe a de-  
 cisão prolatada no processo que tem  
 por objeto feito decorrente com base  
 nas conclusões daquela.

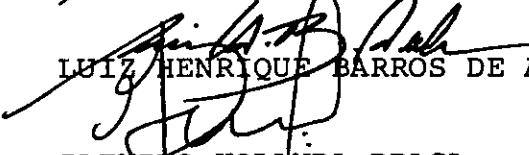
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de  
 recurso interposto por NORDISK TIMBER LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro  
 Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em RESTITUIR  
 os autos à repartição de origem a fim de que seja proferida nova  
 decisão de primeiro grau, à vista do que for decidido no processo  
 matriz, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o pre-  
 sente julgado.

Sala das Sessões, em 08 de janeiro de 1992

  
 MARCIO MACHADO CALDEIRA

- PRESIDENTE

  
 LUIZ HENRIQUE BARROS DE ARRUDA - RELATOR

VISTO EM ZAINHO HOLANDA BRAGA  
 SESSÃO DE: 30 ABR 1992

- PROCURADOR DA FAZEN-  
 DA NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Con-  
 selleiros: Dicler de Assunção, Maria de Fátima Pessoa de Mello Cartaxo, Vic-  
 tor Luís de Salles Freire, Ilcenil Franco e Luiz Alberto Cava Ma-  
 ceira.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO N° 10280/002.916/89-08

RECURSO N°: 62.029

ACORDÃO N°: 103-11.885

RECORRENTE: NORDISK TIMBER LTDA.

### R E L A T Ó R I O

NORDISK TIMBER LTDA., pessoa jurídica inscrita no CGC sob o nº 04.990.321/0001-31, com domicílio tributário em Belém (PA), inconformada com a decisão nº 555/90, proferida às fls. 49, pelo Chefe da DIVTRI/DRF/Belém interpõe, com fundamento no artigo 33 do Decreto nº 70.235/72, o recurso voluntário de fls. 52/55, com o fito de obter sua reforma.

A exigência constestada tem origem no auto de infração de fls. 01, mediante o qual foi constituído de ofício crédito tributário no valor de NCZ\$ 872,58, correspondente ao PIS/DEDUÇÃO devido nos exercícios de 1987 e 1988, acrescido de juros de mora e da multa de 50%.

O lançamento em apreço é mera decorrência da ação fiscal levada a efeito na empresa, relativa ao imposto de renda devido pela pessoa jurídica, que culminou com a lavratura do auto de infração de que trata o Processo nº 10280/002.915/89-37.

Instaurando a fase litigiosa a autuada apresentou a impugnação de fls. 08/09.

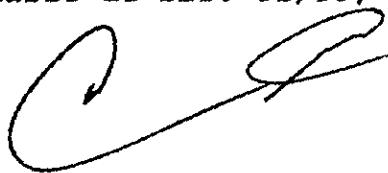
Manifestando-se o autor do feito pela informação de fls..11, o Chefe da DIVTRI/DRF/Belém proferiu a decisão nº 555/90,

Acórdão nº 103-11.885

de fls. 49, julgando a ação fiscal procedente em parte.

Cientificada do decisório em 18/09/90 (AR de fls. 51), interpôs a requerente o recurso voluntário de fls. 52/55, reproduzindo os argumentos da inicial.

É o relatório.

A handwritten signature, appearing to read 'C. S.', is placed to the right of the typed text.

Acórdão nº 103-11.885

VOTO

Conselheiro LUIZ HENRIQUE BARROS DE ARRUDA, relator

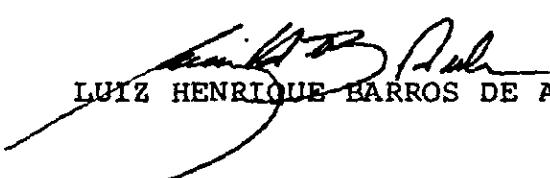
O recurso é tempestivo, por isso dele conheço.

Esta Câmara, ao apreciar o processo matriz em 08/01/92, declarou nula a decisão de primeira instância de conformidade com o Acórdão nº 103-11.884.

Em consequência, igual sorte colhe o recurso apresentado neste feito decorrente, na medida em que não há fatos ou argumentos novos a ensejarem conclusões diversas.

À vista do exposto e do mais que dos autos consta, meu voto é no sentido de restituir os autos ao órgão de origem, para que outra seja proferida em boa forma à vista do que for decidido no processo matriz.

Brasília (DF), 08 de janeiro de 1992

  
LUIZ HENRIQUE BARROS DE ARRUDA - RELATOR